

***Turismo de base comunitária em unidades de conservação  
habitadas por povos e comunidades tradicionais – As  
perspectivas na Reserva Extrativista de Cururupu***  
COMMUNITY-BASED TOURISM IN CONSERVATION UNITS INHABITED BY  
TRADITIONAL PEOPLES AND COMMUNITIES – PERSPECTIVES IN THE  
CURURUPU EXTRACTIVE RESERVE

*Rosalva de Jesus dos Reis \**

*Kláutenys Dellene Guedes Cutrim \*\**

RESUMO

Abordamos as possibilidades de implementação do Turismo de Base Comunitária (TBC) na Reserva Extrativista de Cururupu. Destacamos os povos e comunidades tradicionais brasileiros e sua importância para a conservação dos biomas do país. Apresentamos a importância das unidades de conservação para proteção ambiental, com destaque para a RESEX de Cururupu, criada em 2004 e localizada no litoral ocidental maranhense. Constituída no formato de arquipélago, a RESEX está situada no bioma marinho-costeiro, em ambiente onde predominam os manguezais. Ela é habitada por comunidades tradicionais de pescadores artesanais ou praiheiros. Relacionamos o TBC à RESEX visto que, pelas especificidades legais, não podem ser desenvolvidas atividades de grandes impactos nesse tipo de unidade de conservação; e pela possibilidade real de geração de emprego e renda às comunidades locais; e por seus atributos culturais e naturais.

PALAVRAS-CHAVE: Reserva Extrativista de Cururupu; Turismo; Comunidades tradicionais; Pescadores artesanais; Unidade de Conservação.

---

\* Profa. Dra. do Departamento de Geografia da Universidade Estadual do Maranhão – UEMA, professora colaboradora do Programa de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade da Universidade Federal do Maranhão – PGCult/UFMA. São Luís, Maranhão, Brasil. CNPq e FAPEMA; rosaldosreis@gmail.com. <http://lattes.cnpq.br/7026455927701085>. <https://orcid.org/0000-0002-0027-383X>.

\*\* Profa. Dra. do Departamento de Turismo e Hotelaria da Universidade Federal do Maranhão – UFMA e do Programa de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade da Universidade Federal do Maranhão – PGCult/ UFMA. São Luís, Maranhão, Brasil. [klautenys.guedes@ufma.br](mailto:klautenys.guedes@ufma.br). <http://lattes.cnpq.br/4310600393313804>. <https://orcid.org/0000-0002-8668-4188>.

#### ABSTRACT

We address the possibilities of implementing Community-Based Tourism (TBC) in the Cururupu Extractive Reserve - RESEX. We highlight traditional Brazilian peoples and communities and their importance for the conservation of the country's biomes. We present the importance of conservation units for environmental protection, with emphasis on Cururupu Extractive Reserve - RESEX, created in 2004 and located on the west coast of Maranhão. Constituted in the format of an archipelago, RESEX is located in the marine-coastal biome, where mangroves predominate. It is inhabited by traditional communities of artisanal fishermen or beachgoers. We relate the TBC to RESEX since, due to legal specificities, activities with major impacts cannot be generated in this type of conservation unit. and the real possibility of generating employment and income for local communities; and for its cultural and natural attributes.

**KEYWORDS:** Cururupu Extractive Reserve; Tourism; Traditional communities; Artisanal fishermen; Conservation Unit.

## Introdução

Este artigo resulta do itinerário de pesquisa realizado no período de 2015 a 2024 na Reserva Extrativista (RESEX) de Cururupu, unidade de conservação de Uso Sustentável, habitada por famílias que se dedicam, predominantemente, à pesca artesanal. Nosso objetivo é apresentar as condições existentes nessa unidade de conservação que respaldam a prática do Turismo de Base Comunitária (TBC).

A aproximação com a população local se deu a partir do desenvolvimento de projetos de pesquisas, dos quais três contaram com fomento da Fundação de Amparo ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Estado do Maranhão (FAPEMA) e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). São eles: População e ambiente natural na Reserva Extrativista Marinha de Cururupu; Avaliação dos impactos socioambientais da implantação da

Reserva Extrativista Marinha de Cururupu; e Vulnerabilidade Socioambiental na Zona Costeira Maranhense: usos múltiplos, serviços ecossistêmicos e alterações climáticas. Os dois primeiros projetos foram coordenados pela professora Rosalva de Jesus dos Reis (UEMA), e o último, com vigência até dezembro de 2024, é coordenado pela professora Sueli Angelo Furlan (Universidade de São Paulo).

Entre os procedimentos metodológicos utilizados durante a realização dos projetos estão a pesquisa bibliográfica, constando de levantamento e análise de material bibliográfico, que fundamentou as temáticas e ampliou o conhecimento sobre o local pesquisado; e pesquisa documental, compreendendo levantamento da documentação cartográfica e de sensoriamento remoto. No entanto, foram as atividades de campo que proporcionaram um conhecimento mais aprofundado das relações políticas, sociais, econômicas e ecológicas que permeiam o lugar e sua gente.

Foram realizadas oito viagens à RESEX, incluindo as sedes municipais de Cururupu e Apicum-Açu. Lençóis, Guajerutúua, São Lucas, Peru e Caçacoeira foram as comunidades contempladas nas pesquisas.

As atividades desenvolvidas em campo foram Oficina de Mapeamento Participativo, registro fotográfico e entrevistas semiestruturadas. Entre os sujeitos entrevistados, estão representantes de instituições locais como Colônia de Pescadores, Sindicato de Pescadores e Associação de Moradores; técnicos do órgão gestor da Unidade de Conservação (UC), órgãos na esfera municipal e Capitania dos Portos do Estado do Maranhão; pescadores e pescadoras artesanais; professores, gestores escolares, agentes de saúde. Para o reconhecimento da dinâmica ambiental, foram feitas observações diretas e comparações de imagens de satélites.

As Reservas Extrativistas se constituem em unidades de conservação onde, por lei, é essencial a existência de populações humanas

que se reconheçam como tradicionais. Considerando este aspecto, inicialmente, faremos uma abordagem sobre povos e comunidades tradicionais, com foco no Brasil.

Apresentaremos a Reserva Extrativista de Cururupu (doravante chamada de RESEX de Cururupu), com destaque para sua situação geográfica, a importância ecológica e social do ambiente onde ela está inserida, as características de ordem natural do lugar, a importância da pesca, os atributos culturais e sua gente.

A abordagem sobre o TBC contemplará conceitos e adequação dessa atividade para as unidades de conservação, em especial as reservas extrativistas, considerando os princípios para elas estabelecidos.

Na parte final do artigo, discutiremos as possibilidades de implementação do TBC na RESEX de Cururupu, considerando o que foi analisado ao longo dos anos de pesquisa dedicados a essa UC.

## **1. Povos e comunidades tradicionais do Brasil**

O Brasil é um país com uma grande variedade de povos e comunidades tradicionais, que se organizaram a partir das condições políticas, sociais e econômicas a eles impostas. Foram, gradativamente, se adaptando ao ambiente e dele cuidando para garantir a sua manutenção e a reprodução do seu modo de vida.

Ao ficarem de fora do circuito macro da economia, povos e comunidades tradicionais tiveram que conhecer o ciclo reprodutivo das espécies, cuidar dos rios, mares, lagos, matas/florestas, retirando o necessário para sua manutenção e garantindo a permanência destes elementos. Assim, têm contribuído de forma significativa para a conservação ambiental no Brasil.

Existe um arcabouço legal, para além das fronteiras nacionais, em relação aos povos e comunidades tradicionais como a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho, seguida pelo Brasil. Em nível nacional, como reconhecimento da existência e amparo legal a esses grupos humanos, foi criado o Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007, que assim conceitua:

Art. 3º Para os fins deste Decreto e do seu Anexo compreende-se por:

I - Povos e Comunidades Tradicionais: grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição (Brasil, 2007).

Diegues (2001, p.22), assim se refere:

Estamos utilizando a noção de “sociedades tradicionais” para nos referirmos a grupos humanos culturalmente diferenciados que historicamente reproduzem seu modo de vida, de forma mais ou menos isolada, com base em modos de cooperação social e formas específicas de relações com a natureza, caracterizados tradicionalmente pelo manejo sustentado do meio ambiente. [...] que desenvolveram modos particulares de existência, adaptados a nichos ecológicos específicos.

Comunidades tradicionais mantêm uma história de preservação ambiental. Essa relação de pequenos impactos ao ambiente onde estão instaladas pode ser explicada pela necessidade de retirar do ambiente os meios para o seu sustento, e seu surgimento está ligado ao processo de organização do espaço geográfico brasileiro.

As populações alijadas dos núcleos da economia nacional, ao longo de toda a história do Brasil, adotaram o modelo da cultura rústica, refugiando-se nos espaços menos povoados, onde a terra e os recursos naturais ainda eram abundantes, possibilitando sua sobrevivência e a reprodução desse modelo sociocultural de ocupação do espaço e exploração dos recursos naturais, com inúmeros variantes locais determinados pela especificidade ambiental e histórica das comunidades que neles persistem (Arruda, 1999, p. 82).

Porto Gonçalves (1995) ao fazer uma análise sobre a questão ambiental brasileira, afirma que ela reflete o processo de formação política, social e econômica do país, o que culminou em empobrecimento do solo, perda inestimável da biodiversidade e desequilíbrio ambiental.

Uma das ações empreendidas no sentido de promover a preservação e conservação ambiental foi a criação de unidades de conservação. O Brasil, inicialmente, seguiu o modelo norte-americano na criação dos parques nacionais, o que foi criticado por Diegues (2001), na obra *O Mito Moderno da Natureza Intocada*. Segundo ele:

A concepção dessas áreas protegidas provém do século passado, tendo sido criadas primeiramente nos Estados Unidos, a fim de proteger a *vida selvagem* (*wilderness*) ameaçada, segundo seus criadores, pela civilização urbano-industrial, destruidora da natureza (Diegues, 2001, p. 13).

Ainda, segundo o mesmo autor, “Para o naturalismo da proteção da natureza do século passado, a única forma de proteger a natureza era afastá-la do homem, por meio de ilhas onde esse pudesse admirá-la e reverenciá-la” (Diegues, 2001, p.13).

Ao longo da história de criação e consolidação dos parques no Brasil, muitos conflitos têm ocorrido para remoção da população ali habitante ou nos seus entornos. Essa postura se deve à concepção de que elas se contrapõem aos objetivos e destinações da unidade criada. Somos contrários a essa postura.

No caminho inverso à concepção dos parques, estão as RESEX, modelo de unidade de conservação idealizado no Brasil, a partir da luta dos seringueiros no Estado do Acre, baseado na experiência das terras indígenas.

Leff (2010, p. 92) destaca o caráter inovador do surgimento das RESEX a partir da organização e luta dos seringueiros:

Há experiências de lutas sociais de reapropriação cultural da natureza que são movimentos emblemáticos dessa recriação histórica, como a dos seringueiros

no Brasil, que de luta sindical para comercialização da borracha, por meio de uma longa história, chegaram a inventar conceito de reserva extrativista e estão avançando para um novo modo de produção, uma nova racionalidade produtiva, mostrando que é possível viver bem, e não apenas sobreviver, em harmonia com a natureza que habitam.

A organização dos seringueiros e aliados resultou em uma grande pressão ao governo central, que acatou a proposição de criar um novo tipo de UC integrando-o à política ambiental brasileira. O Decreto nº 98.897, de 30 de janeiro de 1990, instituiu as RESEX no país, e assim dispõe sobre elas:

Art. 1º. As reservas extrativistas são espaços territoriais destinados à exploração auto-sustentável e conservação dos recursos naturais renováveis, por população extrativista.

Art. 2º. O Poder Executivo criará reservas extrativistas em espaços considerados de interesse ecológico e social (Brasil, 1990).

De acordo com a classificação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), as RESEX fazem parte do grupo de Unidades de Uso Sustentável, tendo como conceito:

Art. 18. A Reserva Extrativista é uma área utilizada por populações extrativistas tradicionais, cuja subsistência baseia-se no extrativismo e, complementarmente, na agricultura de subsistência e na criação de animais de pequeno porte, e tem como objetivos básicos proteger os meios de vida e a cultura dessas populações, e assegurar o uso sustentável dos recursos naturais da unidade (Brasil, 2000).

De acordo com o que é estabelecido pela legislação ambiental, para que haja a criação de uma RESEX é necessário que no local exista população habitante, que reconheça a sua tradição, seu pertencimento e estabeleça relações harmônicas (ou menos desarmonicas possíveis) com os componentes ambientais de origem natural.

A maior parte das áreas ainda preservadas do território brasileiro são habitadas com maior ou menor densidade por populações indígenas ou por comunidades

rurais “tradicionais” – caiçaras, ribeirinhos, seringueiros, quilombolas, caipiras – para as quais a conservação da fauna e da flora é a garantia de sua perenidade. O processo de expansão das fronteiras agrícolas e extrativas da sociedade brasileira, por sua vez, reproduz e se pauta por um modelo de ocupação do espaço e de uso dos recursos naturais gerador da degradação ambiental e de enormes custos sociais (Arruda, 1999, p. 90).

A realidade analisada por Arruda para a década de 90 do século passado não é muito diferente da observada em anos recentes. Estudos realizados pelo MapBiomias sobre a supressão da cobertura vegetal nativa no país indicam que:

A análise das imagens de satélite mostra que no período de 5 anos antes da aprovação do Código Florestal (2008-2012) houve uma perda de 5,8 milhões de hectares. Nos cinco anos seguintes à aprovação do código (2013-2018), a perda aumentou para 8 milhões de hectares. Nos últimos 5 anos (2018-2022), alcançou 12,8 milhões de hectares, um aumento de 120% em relação a 2008-2012 (MapBiomias, 2023).

Os estudos do órgão, além de destacarem os percentuais de vegetação suprimida, afirmam que a maioria das áreas preservadas está nas localidades habitadas por povos e comunidades tradicionais.

O ICMBio, em publicação de 2019, referente a dados das RESEX, Reserva do Desenvolvimento Sustentável (RDS) e Floresta Nacional (FLONA) com população, mostra que, dos três tipos, as RESEX se destacam por possuírem população mais numerosa (ICMBio, 2019).

## **2. Características da RESEX Marinha de Cururupu**

Instituída pelo Decreto Federal s/nº, de 02 de junho de 2004, a RESEX de Cururupu está situada no litoral ocidental maranhense (Fig. 1), possui 186.053,87 hectares. Essa porção também é conhecida como Costa de Rias e Reentrâncias Maranhenses. Está num arquipélago situado no



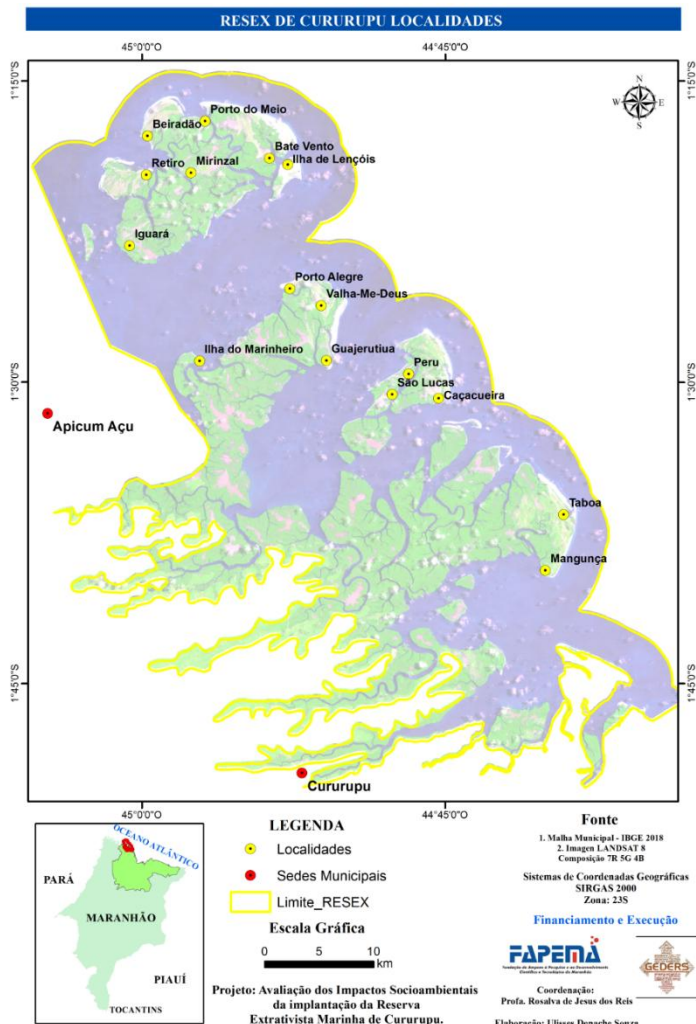
município de Cururupu. Ela abrange, ainda, uma pequena parte do município de Serrano do Maranhão. Para as pesquisas desenvolvidas foram selecionadas as comunidades de Guajerutíua, Peru (Fig. 2), São Lucas (Fig. 3), Caçacoeira e Lençóis (Reis, 2019).

Segundo Ab’Saber (2002), a porção onde está situada a RESEX de Cururupu integra o litoral amazônico, que possui uma extensa e contínua faixa de manguezais. Esse ecossistema é de extrema importância ecológica e social; como um “berçário natural” de espécies que vivem e ou se reproduzem em ambiente marinho e de estuário (Fig. 4). Os manguezais são ecossistemas situados em locais de clima tropical e subtropical, onde há contato da água do mar com a água de rio ou na linha de costa. São berçários naturais para inúmeras espécies de aves, peixes, crustáceos, moluscos e mamíferos marinhos (Reis, 2019).

A população beneficia-se do ambiente natural por meio da pesca de peixes, moluscos, crustáceos. Ilhas, baías, praias, dunas, pontas fazem parte da natureza da RESEX, que está na rota de aves migratórias hemisféricas.

Turismo de base comunitária em unidades de conservação habitadas por povos e comunidades tradicionais – As perspectivas na Reserva Extrativista de Cururupu

Fig. 1 - Mapa de localização



Fonte: Reis (2019).

Fig. 2 – Peru



Fonte: Reis (2019).

Fig. 3 - São Lucas



Fonte: Reis (2019).

Fig. 4 - Manguezais



Fonte: Acervo fotográfico da pesquisa (maio de 2016).

Passaremos a abordar aspectos da infraestrutura e serviços existentes ou necessários nas localidades estudadas.

Todas as comunidades possuem um ancoradouro, por onde chegam e saem pessoas e mercadorias. Convém destacar que, em nenhuma delas, observamos um cais propriamente dito. As instalações (quando existem) são bem simples. Em Lençóis há um diferencial, pois o local de embarque e desembarque está em constante mudança em decorrência do avanço do mar (Reis, 2022).

Há um templo católico em destaque nas comunidades, normalmente com uma área livre à sua frente (Fig. 5). Nela ocorrem as festas dos padroeiros e padroeiras que são: Santo Antônio, em Caçacoeira; Nossa Senhora da Conceição, em Peru; São Lucas, em São Lucas; São Pedro, em Guajerutiua e São José, em Lençóis. Observamos, ainda, a existência de templos evangélicos e terreiros.

Fig. 5 - Igreja de Santo Antônio - Caçacoeira



Fonte: Reis (2019).

Entre as festas de destaque, podemos citar as realizadas em homenagens aos santos e santas padroeiros e o Carnaval, onde as famílias recebem parentes e amigos de outras localidades próximas e distantes. Ex.: São Luís, Belém, Rio de Janeiro. Tivemos a oportunidade de observar, em janeiro de 2024, parte da organização para o Carnaval em Peru (limpeza do clube e acondicionamento das bebidas) e Caçacoeira (ensaio das duas escolas de samba).

Próximo às igrejas católicas estão situados os postos de saúde e as escolas, que se apresentam com estruturas e quantidade de alunos diferenciada. Em todas as comunidades não há oferta de Ensino Médio, só existem os anos referentes à Educação Infantil e Ensino Fundamental. Caçacoeira possuía o maior número de alunos inscritos em 2023, cerca de 100. E Peru possui o menor número. As gestoras escolares entrevistadas

relataram que todos os jovens das comunidades, em idade escolar correspondentes à oferta, estão matriculados.

A inexistência de escolas de Ensino Médio é um fator que contribui para a migração dos jovens. Conforme destacado por Reis, Amaral Neto e Souza (2016), uma professora de Lençóis considera que este é um fato que contribui para a migração dos jovens. Ela relata que as famílias que podem, colocam seus filhos para cursarem o Ensino Médio em lugares como São Luís, Belém, sedes municipais de Apicum-Açu e Cururupu. A professora vai além, quando aponta a possibilidade da oferta do Ensino Médio na modalidade de Educação a Distância (EaD).

Nas ilhas não há águas de superfície (rios, córregos), exceto nas lagoas de Lençóis. Portanto o abastecimento se dá a partir de poços artesanais. Alguns são coletivos (ficam nas ruas, e qualquer morador ou visitante pode ter acesso). Outros são privativos, normalmente, situados nos quintais.

Atualmente, as comunidades contam com a oferta de energia solar. Mas, até 2023, o abastecimento era feito através de motores com a utilização de óleo diesel, bancado pela gestão municipal e algumas iniciativas locais. Na Ilha de Lençóis, já usavam a energia eólica.

A pesca artesanal é atividade econômica de destaque (Fig. 6) e as famílias são compostas por várias gerações de pescadores, cujo ofício se inicia, predominantemente, no final da infância e adolescência (Reis; Amaral Neto, 2016).

Fig. 6 - Pesca artesanal



Fonte: Acervo fotográfico da pesquisa (maio de 2016).

As comunidades de São Lucas e Peru se destacam na técnica da zangaria, praticada junto à costa. Aqueles que se dedicam à captura da pescada amarela, têm que ir para alto mar. Entre as espécies de maior valor comercial estão a pescada e os camarões.

As embarcações utilizadas, normalmente, são produzidas no município de Cururupu, que tem tradição na carpintaria naval. Na sede municipal, identificamos 03 estaleiros em funcionamento. Um dos mestres mais experientes é José da Paixão Pereira, mais conhecido como “Seu” Belo.

O município de Cururupu se destaca, no contexto maranhense, pela atividade pesqueira, com grande contribuição da RESEX na pesca marinha. Existem diferentes formas para o escoamento dos pescados. São utilizados os portos das cidades de Cururupu e Apicum-Açu e alguns barcos de outras localidades podem buscar os pescados nas comunidades.

### 3. Turismo de Base Comunitária no Brasil

Há um vasto referencial teórico sobre a relação entre o Turismo e as comunidades locais, com trabalhos produzidos nos diversos continentes

e experiências desenvolvidas no Brasil. As publicações acadêmicas apresentam uma diversidade de concepções sobre comunidade, tipo de turismo e TBC (Sansolo; Bursztyn, 2009).

Diante da variedade de conceitos, apresentamos algumas abordagens com as quais nos alinhamos:

O turismo de base comunitária é compreendido como um modelo de desenvolvimento turístico, orientado pelos princípios da economia solidária, associativismo, valorização da cultura local, e, principalmente, protagonizado pelas comunidades locais, visando à apropriação por parte dessas dos benefícios advindos da atividade turística (Brasil, 2008).

No caso brasileiro, o turismo de base comunitária vem se apresentando em casos que têm em comum as lutas sociais, como a conservação dos recursos naturais, base da subsistência de diversas comunidades; a luta pela terra; a luta pelo direito à memória cultural; a luta por uma educação digna (Sansolo; Bursztyn, 2009, p. 150).

Nas últimas três décadas, se ampliaram a oferta de cursos, debates, publicações e eventos sobre o TBC no Brasil. Como contribuintes a esse movimento, citamos o Congresso Nacional de Turismo Comunitário e Simpósio Nacional de Turismo Sertanejo, coordenados pelo professor Dr. Giovanni de Farias Seabra, e o Encontro de Turismo de Base Local (ENTBL). Os trabalhos apresentados/publicados destacam diversas experiências realizadas no país, que contemplam a variedade cultural e ambiental existente no país.

De acordo com Irving (2009), eventos como o ENTBL contribuíram para tirar as discussões do TBC do âmbito marginal e dos sonhos.

Durante muitos anos, a reflexão sobre turismo de base comunitária, no Brasil, trazia em sua expressão um sentido marginal, periférico e até mesmo romântico, diante das perspectivas de um mercado globalizado e ávido por estatísticas e receitas (Irving, 2009, p.108).

Para a mesma autora, os encontros proporcionaram a consolidação de redes não formais de pesquisadores, com o desenvolvimento de projetos em parceria com a gestão pública e a publicação de textos de referência sobre o assunto.

Bartolo, Sansolo e Bursztyn (2009), destacam várias experiências de TBC desenvolvidas em unidades de conservação da Amazônia brasileira. Na região Nordeste, podemos citar a Rede Cearense de Turismo Comunitário (Rede TUCUM), que assim conceitua o TBC:

O turismo de base comunitária é aquele no qual as populações locais possuem o controle efetivo sobre o seu desenvolvimento e gestão, e está baseado na gestão comunitária ou familiar das infraestruturas e serviços turísticos, no respeito ao meio ambiente, na valorização da cultura local e na economia solidária (Tucum, 2008).

A Rede Tucum é exemplo de atuação que caminha no sentido do envolvimento das comunidades locais em todas as etapas do processo turístico, e como principais beneficiárias do retorno da atividade.

O lugar tem significado primordial na prática do TBC e pode ser considerado a partir de seus atributos naturais e culturais, mas também pelas relações ali estabelecidas entre quem recebe e quem visita. Conforme destacado por Sansolo e Bursztyn (2009, p. 150), “O sítio é cheio de significados próprios, valorizados pela comunidade, e que se coloca disponível para o intercâmbio”.

Nas experiências que tivemos com as comunidades da RESEX de Cururupu, pudemos observar, acompanhar pessoas que estão disponíveis aos diálogos. A constatação se deu através do número de pessoas que participa das reuniões da Associação Mãe da Reserva Extrativista Marinha de Cururupu (AMREMC), do Conselho Deliberativo, das oficinas promovidas pelos pesquisadores e das rodas de conversa.

Chamou-nos atenção o interesse dos comunitários em participar de eventos, quer sejam nas sedes municipais próximas (Cururupu e



Apicum-Açu), quer em São Luís ou outros estados brasileiros. O que tem ficado bem marcante é a defesa do lugar e sua gente a partir das questões socioambientais, como ocorreu no Simpósio de Áreas protegidas e Inclusão Social e Encontro Latino Americano de Áreas protegidas e Inclusão Social (SAPIS/ELAPIS), realizado em São Paulo, novembro de 2023.

A RESEX de Cururupu possui o Plano de Manejo e o Acordo de Gestão publicados. Estes importantes instrumentos de gestão foram elaborados com a participação comunitária. Este é um diferencial em relação às demais RESEX situadas no litoral maranhense, que ainda não contam com esses documentos.

Em trabalho publicado em 2018, o ICMBio mostra importante passo para o mapeamento do Turismo de Base Comunitária no Brasil nas unidades de conservação federais. Foram citadas Reservas Extrativistas como Marinha do Soure, Prainha do Canto Verde, Unini e Chico Mendes, Florestas Nacionais como Tapajós e Purus, e Parques Nacionais como Jaú e Chapada Diamantina têm desenvolvido formas de TBC (ICMBio, 2018b).

O instituto assim se refere ao TBC nesses espaços:

Turismo de Base Comunitária é um modelo de gestão da visitação protagonizado pela comunidade, gerando benefícios coletivos, promovendo a vivência intercultural, a qualidade de vida, a valorização da história e da cultura dessas populações, bem como a utilização sustentável para fins recreativos e educativos, dos recursos da Unidade de Conservação (ICMBio, 2018b, p. 10).

O ICMBio estabeleceu os seguintes como princípios para o TBC nas unidades de conservação federais: Conservação da sociobiodiversidade; Valorização da história e da cultura; Protagonismo; Equidade social; Bem comum; Transparência; Partilha: Atividade complementar; Educação; Dinamismo cultural: Continuidade.

Visando a valorização de estratégias de conservação e visitação pública (Marinho; Furlan, 2011), o Turismo de Base Comunitária (TBC) vem sendo incorporado na complementaridade da economia de base familiar em Unidades de Conservação.

As universidades podem desenvolver papel de grande importância no processo de elaboração, concepção do TBC nas RESEX, através de diversas ações: atividades de pesquisa e extensão; desenvolvimento de minicursos, cursos, oficinas; promoção de eventos (seminários, semanas, simpósios, workshops); fazendo parte da equipe de planejamento; na elaboração de material de divulgação, entre outros. O outro aspecto relevante da implementação do TBC é a possibilidade de ampliação de emprego e renda no local, contribuindo para a permanência de muitos jovens e adultos no local, por representar uma opção para além da pesca artesanal.

#### **4. Turismo de Base Comunitária na RESEX de Cururupu**

A junção de vários aspectos respalda nossa concepção de que é viável a prática do TBC na RESEX de Cururupu. Iniciamos por destacar o aparato legal (já citado) que estabelece a realização de atividades econômicas de baixo impacto e a proteção aos modos de vida, à cultura local e a promoção do uso sustentável dos recursos.

Outro aspecto a ser considerado é o crescimento do número de turistas que tem buscado destinos que fogem aos grandes roteiros, do turismo de massa, e que optam por lugares onde possam ter contato mais direto com a natureza e as comunidades locais.

Do exposto, observamos o alinhamento com os princípios do TBC, que para sua efetivação, contará com os atributos da localidade

através de suas belezas cênicas e seu rico patrimônio cultural. Tudo isso aliado à capacidade de organização das comunidades locais.

A localização geográfica da RESEX de Cururupu já se torna um atrativo. Ela está situada nas Reentrâncias Maranhenses, limitando-se com o Oceano Atlântico e disposta na forma de arquipélago. A paisagem natural é composta por canais, baías (Capim, Lençóis), praias, pontas, dunas e manguezais.

O ecossistema de manguezais existente na RESEX de Cururupu integra a maior faixa contínua de manguezais do planeta Terra, que se estende do Amapá ao Maranhão, pela costa amazônica. De acordo com ICMBio (2018a), o Maranhão possui 36,1% dos manguezais existentes no Brasil. A fauna de espécies residentes, semiresidentes e visitantes é composta por caranguejos, peixes, camarões, aves, mamíferos e répteis.

Os trajetos mais comuns para moradores e visitantes chegarem ao local são a partir das sedes municipais de Cururupu e Apicum-Açu, e do Porto de Pindobal, em Serrano do Maranhão.

Muitas artes de pesca são praticadas em locais próximos às comunidades e, portanto, podem ser acompanhadas pelos interessados naquele conhecimento. Assim como é acessível a visita onde ficam guardados os petrechos de pesca.

As ilhas apresentam as suas especificidades. Algumas possuem apicuns no seu interior como é o caso de Caçacoeira e Peru. Outras, mesclam áreas de praia, canal e dunas. É o caso de Lençóis.

Considerando os aspectos geomorfológicos da Ilha de Lençóis, há a predominância das feições de deposição eólica, idade Quaternária, apresentando grande diversidade de dunas, tais como embrionárias, barcanas, sombras e longitudinais e parabólicas, dentre as principais (Fig. 7). O canal de maré é outra fisionomia presente na área de estudo, cuja maior característica é o fluxo contínuo de água, principalmente,

proveniente das oscilações da baixamar e preamar das marés, com presença de manguezais de grande porte.

Fig. 7 - Dunas e lagoas – Lençóis



Fonte: Reis (2019).

O ambiente da Ilha de Lençóis é rico em simbologia, cuja lenda do Rei Sebastião é um verdadeiro patrimônio cultural. Sobre ela, Pereira (2022) diz:

A Ilha de Lençóis é considerada uma ilha encantada, enquanto lugar privilegiado para a morada de El Rei Dom Sebastião, figura histórica, morto em batalha contra os mouros no ano de 1578, no deserto de Alcácer-Quibir, em Marrocos, norte da África. Segundo a crença messiânica sebastianista, difundida em várias partes do Brasil, Dom Sebastião não morreu, ele haveria se “encantado” com todo o seu reinado, por sortilégio dos mouros, numa ilha (provavelmente marcada por muitas dunas à semelhança do deserto marroquino onde ocorrera a batalha), e um dia ele haverá de emergir do fundo do mar, onde está sediado seu palácio de riquezas, para instaurar seu Império (retratado como harmonioso, repleto de felicidade) e distribuir bens materiais para os seus adeptos (Pereira, 2022, p. 22).

Nas diversas etapas de campo realizada em Lençóis foi comum percebermos como a ideia de existência do Dom Sebastião é muito presente. Ao rei todo respeito deve ser dado. Ele é o dono do lugar, como destaca Pereira (2022, p. 200): “A simbologia da ‘encantaria sebastianista’ na ‘Praia de Lençóis’ tem um peso muito forte nas representações e visão

de mundo dos ilhéus que acreditam que o Rei Sebastião é o ‘dono do lugar’”, e por isso o respeitam.

Existem ações embrionárias de TBC em Lençóis. A comunidade conta com duas pousadas e alguns roteiros são realizados contemplando a praia, a ponta do Gino e as dunas. Convém destacarmos que no período chuvoso, correspondente ao primeiro semestre do ano, é comum a formação de lagoas na porção de dunas, tornando o lugar muito atrativo.

Uma das pessoas que recepciona os visitantes é o senhor Lailson James Silva de Araújo, que solicitou um mapa para nossa equipe, a fim de facilitar o seu trabalho ao mostrar os pontos de visitação na ilha para os visitantes. Ele foi atendido.

Podemos destacar como ações que apontam no sentido da concretização do TBC na RESEX de Cururupu a promoção do Curso de Tecnólogo em Turismo e o receptivo embrionário que ocorrem em algumas localidades como Lençóis.

A partir de sugestões feitas pela Comissão Nacional para o Fortalecimento das Reservas Extrativistas e dos Povos Extrativistas Costeiros Marinhos (CONFREM), diálogos entre diversos órgão da esfera federal (CAPES, ICMBio, IFES)<sup>1</sup> e estaduais (UEMA) serão promovidos cursos de tecnólogo, graduação e pós-graduação para as populações situadas nas reservas extrativistas marinhas e alguns parques nacionais.

No que tange à RESEX de Cururupu, será ofertado o Curso de Tecnólogo em Turismo, na modalidade Educação a Distância, sob a responsabilidade do Núcleo de Tecnologias para Educação (Uemanet).

A definição do curso a ser ofertado ocorreu a partir de várias tratativas com a população da RESEX, que ocorreram de diversas formas,

---

<sup>1</sup> Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio). Instituições Federais de Ensino Superior (IFES).

incluindo visitas a algumas comunidades. O projeto político pedagógico está em fase de elaboração.

Uma das ações mais recentes foi a criação, em 04 de abril de 2024, do coletivo Rede de Mulheres Praianas da RESEX de Cururupu, que tem se articulado e discutido temas relacionados à proteção ambiental, elaboração de projetos socioambientais e o Turismo de Base Comunitária. A rede, que congrega pescadoras, marisqueiras, artesãs, donas de casa e lideranças locais, visa o fortalecimento do território, ali denominado de maretório. A rede é coordenada pela turismóloga Mary Jane Fonseca, ex-gestora da RESEX de Cururupu.

## **Conclusão**

A RESEX de Cururupu reúne condições para a implementação do TBC, considerando o arranjo de suas características ecológicas, humanas e culturais. O conjunto dos elementos de origem natural, mais que recurso, representa um patrimônio para a sua gente. Assim como seus símbolos e demais aspectos culturais manifestados através de celebrações e de formas de praticar a pesca.

Percebemos nas comunidades manifestações claras de pertencimento ao lugar e o desejo de torna-lo cada vez melhor para seus habitantes. Elas compreendem a necessidade de diversificar a economia, mas sem comprometer o ambiente do qual têm tirado o seu sustento. A diversificação proporcionará alternativas à atividade predominante (a pesca artesanal) e contribuirá para a fixação de jovens e adultos que migram em busca de trabalho.

Os movimentos, por parte das comunidades locais e instituições externas à RESEX de Cururupu, que promovem discussões e qualificação

em relação ao Turismo, são indicações claras de que o TBC é uma possibilidade real no lugar.

## **Referências Bibliográficas**

AB'SABER, A. N. Litoral do Brasil. São Paulo: Meta Livros, 2002.

ARRUDA, R. "Populações tradicionais" e a proteção dos recursos naturais em unidades de conservação. *Ambiente & Sociedade*, Campinas, n. 5, p. 79-92, 1999.

BARTHOLO, R; SANZOLO, D. G.; BURSZTYN, I. (orgs). Turismo de base comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009.

BRASIL. Lei n. 9.985, de 18 de julho de 2000. Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, 19 jul. 2000. Disponível em: [\[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19985.htm\]](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19985.htm). Acesso em: 18 jul. 2023.

BRASIL. Decreto n. 6.040, de 7 de fevereiro de 2007. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Brasília, 7 de fevereiro de 2007. Disponível em: [\[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6040.htm\]](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6040.htm). Acesso em: 1 mar. 2019.

Turismo de base comunitária em unidades de conservação habitadas por povos e comunidades tradicionais – As perspectivas na Reserva Extrativista de Cururupu

BRASIL. Decreto n. 98.897, de 30 de janeiro de 1990. Dispõe sobre as reservas extrativistas e dá outras providências. Brasília, 1990. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\_03/decreto/Antigos/D98897.htm]. Acesso em: 18 jul. 2024.

BRASIL. Ministério do Turismo. Chamada Pública MTUR n. 001/2008 – Apoio às iniciativas de turismo de base comunitária. Brasília: MTUR, 2008.

DIEGUES, A. C. S. O mito moderno da natureza intocada. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 2001.

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE. – ICMBio. Atlas dos Manguezais do Brasil. Brasília: Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, 2018a.

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE. – ICMBio. Turismo de base comunitária em unidades de conservação federais 2018: princípios e diretrizes. Brasília: ICMBio, 2018b.

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE - ICMBio. Populações tradicionais. Brasília, 2019. Disponível em: [https://www.gov.br/icmbio/pt-br/assuntos/populacoes-tradicionais]. Acesso em: 19 ago. 2024.

IRVING, M. A. Reinventando a reflexão sobre turismo de base comunitária inovar é possível?. In: BARTHOLO, R; SANSELO, D. G.; BURSZTYN, I. (orgs). Turismo de base comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009.



LEFF, E. Discursos sustentáveis. Tradução de Silvana Cobucci Leite. São Paulo: Cortez, 2010.

MAPBIOMAS. Perda de vegetação nativa no Brasil acelerou na última década. Disponível em: [https://brasil.mapbiomas.org/2023/08/31/perda-de-vegetacao-nativa-no-brasil-acelerou-na-ultima-decada/]. Acesso em: 18 dez. 2023.

MARINHO, M. D. A.; FURLAN, A. S. Shared and community management in Protected Areas: reflections in the Ribeira Valley (Sao Paulo, Brazil). Revista Geografica de America Central, v. 47, 2011.

PEREIRA, M. J. F. O patrimônio da ilha encantada do Rei Sebastião: a Ilha dos Lençóis no cenário do ecoturismo e das unidades de conservação. Teresina: Cancioneiro, 2022.

PORTO GONÇALVES, C. W. Formação sócio-espacial e questão ambiental no Brasil. In: BECKER, B. K. et al. (Orgs.). Geografia e meio ambiente no Brasil. São Paulo: Hucitec, 1995. p. 309-333.

REIS, R. J. Reserva Extrativista Marinha de Cururupu: limites e possibilidades à sustentabilidade ambiental. 2019. 266 f. Tese (Doutorado em Políticas Públicas) – Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2019.

REIS, R. J. Reserva Extrativista Marinha de Cururupu: limites e possibilidades à sustentabilidade ambiental. Curitiba: CRV, 2022.

REIS, R. J.; AMARAL NETO, R. C. C. A pesca em São Lucas-Cururupu: realidades e desafios. In: Mostra Acadêmico-Científica em Ciências Biológicas (MACCBIO), Simpósio de Ciências Biológicas (SIMCBIO), 2016, São Luís. Anais [...]. São Luís: UEMA, 2016.

Turismo de base comunitária em unidades de conservação habitadas por povos e comunidades tradicionais – As perspectivas na Reserva Extrativista de Cururupu

REIS, R. J.; AMARAL NETO, R. C. C.; SOUZA, U. D. V. Contradições socioambientais na Reserva Extrativista Marinha de Cururupu-MA. In: Congreso de La Asociación Latinoamericana de Población, 7. Encontro Nacional de Estudos Populacionais, 10. 2016, Foz do Iguaçu. Anais [...]. Belo Horizonte: ABEP, 2016. p. S Temática 35.

SANSOLO, D. G.; BURSZTYN, I. Turismo de base comunitária potencialidade no espaço rural brasileiro. In: BARTHOLO, R; SANSOLO, D. G.; BURSZTYN, I. (orgs). Turismo de base comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009.

TUCUM. Rede Cearense de Turismo Comunitário. Presentation held at the II International Seminar on Sustainable Tourism. Fortaleza, 2008